



“ I Seminário de Capacitação dos Conselheiros do CONCIDADES - CEARÁ.”

Política Urbana e Saneamento Ambiental.



Ato de Criação do Ministério

- Criado em 1º janeiro de 2003, o **Ministério das Cidades** tem como objetivo combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte.
- **Ministro:** Mario Silvio Mendes Negromonte
- **Orçamento:** R\$ 19,4 bilhões (2011)
- Sem PAC acrescido!



Secretarias Nacionais:

- **Programas Urbanos;**
Secretário Norman de Oliveira
- **Transporte e Mobilidade Urbana;**
Secretário Luiz Carlos Bueno de Lima
- **Habitação;**
Secretária Inês Magalhães
- **Saneamento Ambiental;**
Secretário Leodegar Tiscoski



Política Urbana



Secretaria Nacional de Programas Urbanos

Plano Diretor

Ação: apoio técnico e financeiro para gestão territorial e urbana com o objetivo de reduzir desigualdades territoriais e promover a inclusão social

Modalidades: coordenação linhas de investimento, insumos para elaboração ou revisão de Planos Diretores

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: municípios com mais de 20 mil habitantes ou de Regiões Metropolitanas

Poder público local: elaboração do Plano Diretor

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Secretaria Nacional de Programas Urbanos

Papel Passado

Ação: regularização fundiária de assentamentos de população de baixa renda

Modalidades: remoção de obstáculos para regularização, disponibilização de terras públicas, aplicação direta de recursos, capacitação de equipes, elaboração de planos de redução de riscos.

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: moradores de favelas ou de loteamentos irregulares

Poder público local: elaboração de planos de regularização fundiária

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Secretaria Nacional de Programas Urbanos

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Ação: reversão do esvaziamento e degradação de áreas centrais a partir do estímulo à utilização de imóveis ociosos

Modalidades: alienação de imóveis vazios ou subutilizados da União, INSS, Incra e RFFSA para uso habitacional em áreas centrais

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: famílias com renda de até três salários mínimos

Poder público local: pode ser parceiro na compra de imóveis

Forma de acesso: encaminhamento de proposta ao MCidades que faz análise e intermediação junto com o INSS e CAIXA



Transporte e Mobilidade Urbana





Sec. Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana

Financiamento de Infraestrutura para o Transporte Público (Pró-Transporte)

Ação: financiamento de programas de infraestrutura para melhoria da qualidade e acessibilidade do transporte público

Modalidades: infraestrutura para o transporte coletivo

Fonte de recursos: FGTS

Destinatários: prefeituras e empresas concessionárias

Poder público local: elaboração de Programa Municipal de Acessibilidade

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Sec. Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana

Infraestrutura para Mobilidade Urbana (ProMob)

Ação: financiamento de obras de terminais, abrigos de ônibus, ciclovias, calçadas, reurbanização de áreas degradadas e pavimentação de itinerários de transporte coletivo

Modalidades: infraestrutura

Fonte de recursos: FAT e OGU

Destinatários: municípios em geral

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Sec. Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana

Mobilidade Urbana

Ação: apoio a projetos de corredores estruturais, de transportes não motorizados, etc.

Modalidades: corredores, terminais, passeios públicos, ciclovias e obras de acessibilidade

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: municípios

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Habitação



Ministério
das Cidades





Secretaria Nacional de Habitação

Habitação de Interesse Social- FNIS

Ação: apoio à construção habitacional para famílias de baixa renda (áreas com moradias irregulares e favelas, palafitas)

Modalidades: produção ou aquisição de unidades habitacionais, e lotes urbanizados e requalificação urbana.

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: famílias com renda mensal de até três salários mínimos

Poder público local: elaboração de proposta

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Secretaria Nacional de Habitação

MINHA CASA MINHA VIDA

Ação: apoio à construção habitacional para famílias

Modalidades: produção ou aquisição de unidades habitacionais

Fonte de recursos: FGTS

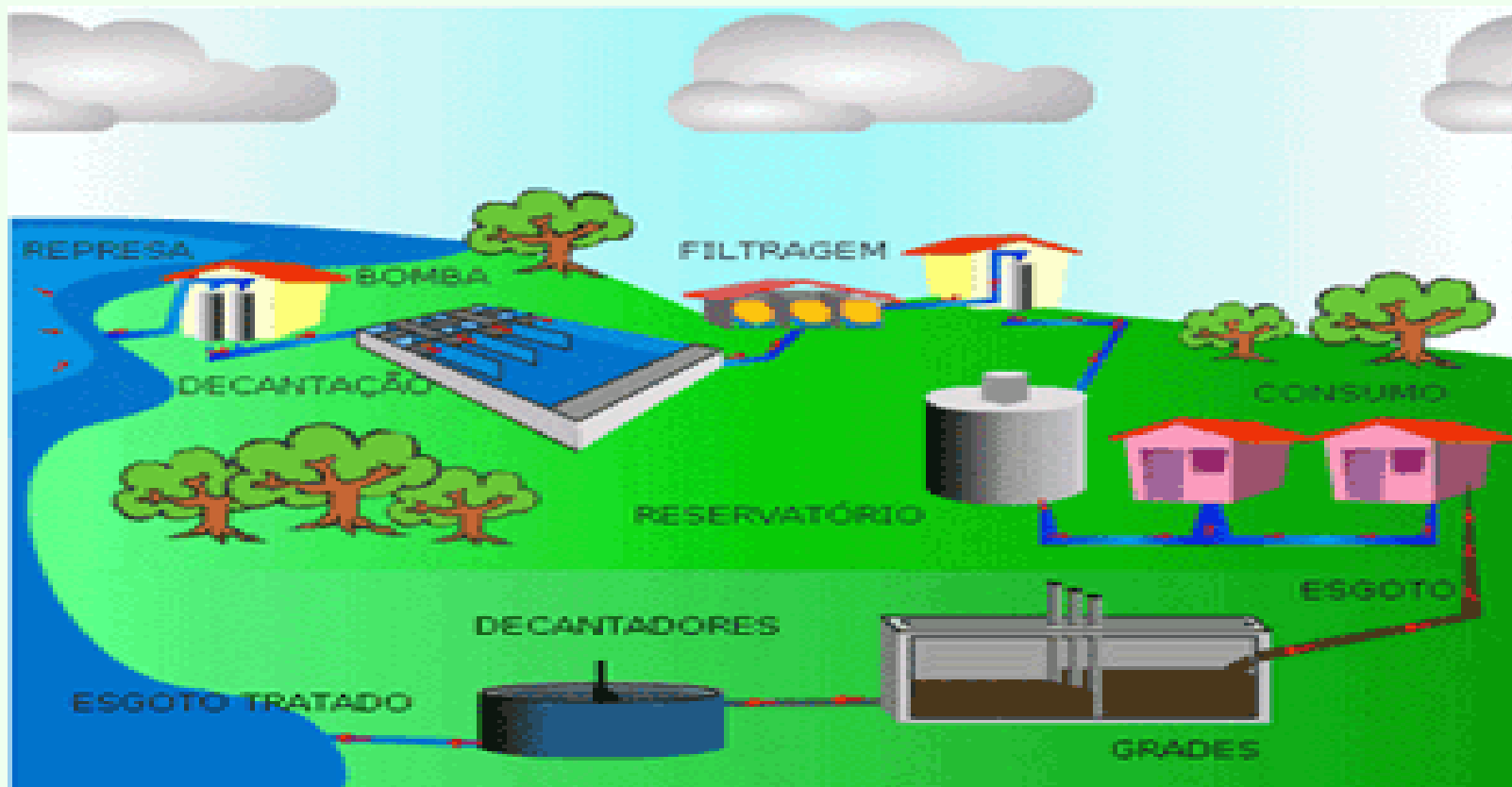
Destinatários: famílias com renda mensal de até 5 mil reais.

Poder público local: viabilizar a implantação das habitacionais

Forma de acesso: carta consulta ao Mcdades e Caixa Econômica Federal



Saneamento Ambiental





Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Saneamento para Todos

Ação: integração e articulação das ações de saneamento com outras políticas

Modalidades: abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, desenvolvimento institucional, manejo de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos, manejo de resíduos da construção e demolição, preservação e recuperação de mananciais, estudos e projetos.

Fonte de recursos: FGTS

Destinatários: populações urbanas de áreas dos empreendimentos

Poder público local: execução da obra

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades



Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Modernização do Setor de Saneamento

Ação: assistência técnica

Modalidades: capacitação de técnicos, controle de perdas de água, elaboração de estudos para construção do Sistema Nacional de Informações de Saneamento

Fonte de recursos: OGU

Destinatário: municípios, estados, companhias de saneamento e agências reguladoras

Poder Público Local: elaboração de projeto para análise do MCidades



Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Drenagem Urbana Sustentável

Ação: promoção da gestão sustentável da drenagem urbana dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas

Modalidades: apoio à implantação e ampliação dos Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e Apoio a estados e municípios para elaboração de Projetos de Drenagem Urbana Sustentável

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: municípios

Poder público local: elaboração de proposta

Forma de acesso: emendas parlamentares



Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Saneamento Ambiental Urbano

Modalidades: abastecimento de água e esgotamento sanitário

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: residentes em áreas urbanas de municípios com mais de 50 mil habitantes.

Poder público local: elaboração de proposta e de documentação técnica

Forma de acesso: emendas parlamentares

PS.: municípios com menos de 50 mil habitantes são atendidos pela Funasa



Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Resíduos Sólidos Urbanos

Ação: apoio a totalidade da limpeza urbana

Modalidades: apoio à elaboração de projetos de assistência técnica no manejo de resíduos sólidos e à desativação de lixões ou adequação de aterros sanitários

Fonte de recursos: OGU

Destinatários: estados, Distrito Federal, municípios, prestadoras de serviços públicas e privadas e organizações do terceiro setor

Poder público local: elaboração de proposta

Forma de acesso: carta consulta ao MCidades

Ps.: Projeto implementado em conjunto pelo MCid, o MMA, MDS, o MTE, BNDES e Funasa



Dados do Brasil em Saneamento

- Orçamento PAC 1: 40 Bilhões – 2007/2010
- Orçamento PAC 2: 45 Bilhões – 2011/2014
- A cada R\$1,00 real aplicado em Saneamento, se economiza R\$3,00 a R\$4,00 reais em Saúde!
- Água: 81,7%
- Perdas de Água: 41,7% / 7,4 bilhões de perdas ao ano
- Esgoto: 44,5%
- Esgoto Tratado: 37,9%



Dados do Brasil em Saneamento

- 3000 (três mil) lixões
- 88,6% coleta de lixo
- Lei do Saneamento – 11.445 /2007
- Água, Esgoto, Drenagem Urbana e Resíduos Sólidos
- Meta de universalização do saneamento 2030 / 420 bilhões.
- Obrigatoriedade até dezembro/2013 – elaboração dos planos municipais



PLANSAB

Plano Nacional de Saneamento Básico

O PLANSAB tem, entre outros, os seguintes itens:

- Cenários para a política de saneamento no país em 2030
- Metas de curto, médio e longo prazos
- Necessidades de investimentos
- Microdiretrizes estratégicas
- Programas
- Monitoramento, avaliação sistemática e revisão do plano



Modalidades de recebimentos de Recursos

- Orçamento Geral da União
- Emendas Parlamentares
- Financiamento Bancos Públicos
- Financiamento Bancos Internacionais
- Programas Especiais (PAC)



Capacitar para preparar novas Gerações!!!

Pensando globalmente e agir localmente!!



Ministério
das Cidades





- Prof. Josué Longo
- Assessor Especial
- Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
- email.: josue.longo@cidades.gov.br
- Fone.: 061.2108-1291